

CONSELHEIRO SABINO ELÓI PESSOA¹

DÍDIO I. A. DA COSTA
Capitão-de-Fragata

CONSELHEIRO SABINO ELÓI PESSOA (1821-1897)

Apareceu o primeiro número da *Revista Marítima Brasileira* a 1^a de março de 1851. Em 1928, setenta e sete anos depois, os seus redatores não sabiam quem a concebera e fundara. Afirmavam apenas, em artigo comemorativo, estampado no n.9, de Março de 1928, que a ampararam, ao nascer, Antônio César de Melo e Andrade, Jerônimo Pereira de Lima Campos e Miguel Ribeiro de Carvalho.

Examinando o primeiro volume da coleção existente na Biblioteca da Marinha, de 1^a de Março a 15 de Dezembro de 1851, verificamos que se trata de um quinzenário, bem organizado, com duas largas colunas, oito páginas, impresso na tipografia do *Diário*, de Nicolau Lobo Viana. O artigo de apresentação assevera que a primeira fôlha da Marinha aparece depois de muita porfia e decepções, sendo, afinal, mera e simples realização da vontade de um Ministro e dos desejos de alguns oficiais da Armada. Não cita o nome do Ministro, Manuel Vieira Tosta, nem os nomes dos oficiais fundadores. Nome de nenhum destes figura no cabeçalho. Os autores assinam alguns escritos com iniciais.

¹ N.R.: Artigo publicado na *RMB*, março/abril de 1939. Nesta republicação, mantivemos a grafia e a diagramação da época, exceto os destaques que foram criados agora.

O artigo inaugural pondera que o aparecimento de um jornal marítimo deve, sem dúvida, fazer época em nossos anais e estes “transmitirão aos vindouros o nome ilustre do benemérito Ministro, sob cuja proteção realizou-se um fato que encerra em si proporções para avultar no futuro”.

À previsão do articulista, relativa ao vulto que ganharia o cometimento, corresponde uma realidade precária quanto ao período de 1851 a 1855, porque a *Revista* suspende a publicação em fins de 1852, reaparece em Julho de 1853, desaparece em Abril e ressurge em Junho de 1855, para adormecer em Julho do mesmo ano e assim ficara até 1881, vinte e seis anos de importantíssimos e multifários aspectos da nossa história marítima que não puderam ser contemporaneamente inscritos, debatidos e comentados, mas apenas resumidos em relatórios das sumidades da administração.

Na primeira fase, decomposta nos três lapsos aludidos, o Primeiro Tenente Sabino Elói Pessoa foi o grande e destemeroso animador da *Revista Marítima*. A Marinha do Brasil havia 28 anos que brilhava e já se iam esquecendo os seus feitos heróicos. Os documentos históricos e técnicos iam sucessivamente para os arquivos, para o repouso na treva e a decomposição no silêncio, quasi sem publicidade, sem exame, sem o trato metucioso que convém ao valor e ao alcance dos documentos, base da história. Aos primeiros passos da empresa, a redação assinala a simpatia e o aplauso com que a acolhem e incentivam, mencionando especialmente os relevantes serviços do Capitão de Fragata Joaquim Manuel de Oliveira Figueiredo. Animado, lúcido e assíduo nas colunas do periódico, suspendendo-o

Na primeira fase, decomposta nos três lapsos aludidos, o Primeiro Tenente Sabino Elói Pessoa foi o grande e destemeroso animador da *Revista Marítima*

e retirando-se do campo em que tanto pôde semear e combater, Sabino Pessoa ressurgiu com a *Revista Marítima Brasileira* em 1881, auxiliado pelos Primeiros Tenentes Garcez Palha, autor das reputadas *Efemérides Navais*, e Lima Barros.

Eram moços os oficiais fundadores da *Revista*, movidos pelo “zêlo e patriotismo”, à vacilação de outros “a quem de direito competia a empresa”. Aqueles estavam prontos a entregá-la, uma vez nascida, a campeões mais autorizados e valorosos que aparecessem. Julgavam os fundadores que a *Revista* seria o índice do progresso e da ilustração da Marinha brasileira e solicitavam a cooperação da nossa oficialidade, de cujos esforços “dependem os destinos do país sobre os quais exercerá a Marinha poderosa e irresistível influência”, assim como a cooperação dos brasileiros em geral, porquanto “a todos interessa o progresso da Marinha, tanto mercante como de guerra, ambas elementos perduráveis de grandeza e prosperidade”.

Se a oficialidade da Armada, dessa importante classe, escreviam ainda “continuar a nutrir aquele espírito de corporação, não mentindo ao amor da pátria que em lutas gloriosas a tem distinguido: precedendo o nosso pavilhão, irá a *Revista* atestar na velha Europa que o Brasil a acompanha nos pensamentos de grandeza”.

Quasi todos consideravam a publicação da *Revista* necessidade urgente e palpitante. O artigo inaugural de 1851 aparecia com este fecho que devemos reter:

“Duas palavras ainda como explicação de uma das condições do nosso programa, e com ele concluiremos o presente artigo.

Em extremo orgulhosos dos fóros de cidadãos brasileiros, jamais adotaremos o princípio de que a obediência passiva imposta ao militar importe a incompatibilidade às suas aspirações políticas, e nem entenderemos, em o sistema que nos rege, justo e legal o exclusivismo em assunto de interesse geral da sociedade.

Contudo, tendo em vista a índole desta publicação, e principalmente confiando no futuro, protestamos solenemente a maior indiferença sobre política, e prometemos não envolver-nos em os seus tão sedutores quão perigosos enleios, pois desejamos unicamente que a *Revista Marítima Brasileira*, pela variedade, gosto e utilidade de seus artigos, mereça a atenção do oficial da Armada em qualquer dos variados ramos da sua importante profissão.”

Segue-se ao artigo de apresentação, sob título destacado, o *Programa*. A *Revista* é um quinzenário, formato de 4^o, com 8 páginas, ou mais se fôr possível. Assinaturas anuais a \$5000, adiantados. Publicará artigos sobre Marinha, embora seus autores não pertençam a ela, devendo os mesmos autores assumir a responsabilidade das suas doutrinas.

O item 5^o informa que a *Revista* procurará difundir, por meio de artigos apropriados, tudo quanto possa contribuir para o melhoramento e progresso da nossa marinha de guerra e mercante, quer no sentido científico, quer no sentido prático

O item 4^o do *Programa* esclarece que a *Revista* publicará os atos do Ministério da Marinha que estabelecerem medidas genéricas; relatórios e informações importantes dirigidas à respectiva Secretaria, precedendo licença do Sr. Ministro; todas as notícias marítimas de interesse científico, contanto que se possa provar sua autenticidade; e quaisquer traduções ou descobertas úteis nos diferentes ramos da Marinha.

O item 5^o informa que a *Revista* procurará difundir, por meio de artigos apropriados, tudo quanto possa contribuir para o melhoramento e progresso da nossa marinha de guerra e mercante, quer no sentido científico, quer no sentido prático; e igualmente propagar idéias tendentes a dar impulso à administração da Marinha e suas delegações, segundo o melhor ponto de vista a que seja possível atingir, não só a respeito do seu pessoal e material, como a respeito de sua escrituração, contabilidade e fiscalização.

Finalmente, o item 6º e último declara que a *Revista* não publicará artigos em sentido político, principalmente os que censurarem atos do Governo.

O *Programa* era claro e construtivo à evidência. O cumprimento que patrioticamente lhe deram os redatores, conforme se pode ajuizar, ao exame de suas páginas, foi sempre inteligente e honesto, com um vigoroso e elevado traço de independência, dada a circunstância de que não era publicação oficial, mas auxiliada apenas pelo apóio moral do Ministro e por uma soma de 60\$000 mensais dos cofres do Ministério, correspondendo, mesquinha, à publicação dos atos oficiais.

No decurso do ano de 1851, a-pesar-do ilimitado espaço em suas páginas, cuja quarta parte é tomada pela publicação dos atos oficiais, a *Revista* divulga trabalhos interessantíssimos sobre a história marítima do Brasil, o material flutuante, a navegação, a artilharia naval, a meteorologia, a astronomia, a marinagem, as atividades do Arsenal de Marinha, de que era então Inspetor o Capitão de Mar e Guerra Joaquim José Inácio, futuro Visconde de Inhaúma; sobre a necessidade de um dique, os instrumentos náuticos, o magnetismo, a praticagem de portos, os rios e os acidentes marítimos; sobre o montepio da Marinha e os debates na Câmara dos Deputados em torno da organização naval; sobre a pesca, a dificuldade de aquisição de voluntários para a Armada e as atividades marítimas estrangeiras; sobre o Conselho Naval, o Corpo de Saúde, o Asilo de Inválidos e a Intendência de Marinha; sobre o Regimento Provisional e uma larga variedade de outros assuntos. A *Revista* oferece ainda um interessante noticiário, mesmo para os nossos dias.

No aludido ano de 1851, Sabino Pessoa traça vários artigos a julgar pelo estilo. Como já notámos, raro é o artigo da *Revista* que o autor assina por extenso, quando assina, fazendo-o com uma ou mais iniciais. Dos escritos que atribuímos a Sabino Elói Pessoa apenas um, naquele ano, tem a assinatura S., na secção *Correspondência*, sob o título *Condecorações*.

Esse artigo é de Sabino Pessoa porque pudemos confrontar-lhe o fundo com uma passagem do seu manuscrito íntimo *A Minha História*, fonte interessantíssima e preciosa, conservada entre os descendentes do ilustre extinto. Essa fonte foi constituída nos seus últimos anos de vida, alquebrada e sofredora, traçada pela mão esquerda do autor, por se lhe haver paralizado o braço direito. É assim um documento venerável, surgido, a mitigar dores físicas, do fundo claro e brilhante da juventude e da idade madura do nobre cidadão. Sentiu êle que vinha do seu belo passado um grande bálsamo, mais o bálsamo do que as amarguras da luta. Contemplava-o de tão longe, no fim do caminho que lhe era de sofrimento no corpo de ancião enfêrmo. Evocava-o e o traduzia, para o círculo privado dos seus descendentes, nas fôlhas dos cadernos em que lentamente ia escrevendo, com amor, aticismo, justiça, severidade, revolta ou aplauso.

Nos traços de *A Minha História*, lançados por mão dolorida, mas dirigidos por inteligência senhora de sí, encontra-se êste trecho:

.....
"Ora, êsse Ministro, a quem me refiro, era o Conselheiro Paranhos, depois Visconde do Rio Branco e um dos homens notáveis do nosso país.

No seu ministério, escrevia eu o primeiro jornal marítimo publicado no Brasil – a *Revista Marítima Brasileira*. Eram meus companheiros de trabalhos, na redação, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho e Jerônimo Lima Campos.”

Essa passagem mostra desde quando Sabino Pessoa era presente nas colunas do periódico, certamente desde a sua fundação, o que Garcez Palha afirma. Do Almanaque de Marinha de 1871, consta que era “lente substituto da Academia de Marinha, do ano de 1851 a Dezembro de 1853, em que foi nomeado lente do 1º ano dessa mesma Escola, sendo exonerado, a pedido, dêste lugar em Outubro de 1858 e nomeado Secretário do Conselho Naval”. Sabino Pessoa se achava pois no Rio de Janeiro e teria vagares para o seu vigoroso concurso ao novo periódico.

A partir do n.2, ano de 1851, da *Revista*, quando do seu aparecimento, é estampado em suas colunas um longo trabalho, sob o título *Apointamentos para a História da Marinha Brasileira*. Não o assina o autor. É tão valioso que, em 1938, o Vol. I dos *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, editado pelo Ministério da Marinha, o reproduz integralmente, tendo-se nêle abeberado Garcez Palha quando escreveu as suas tão úteis *Efemérides Navais*. É verossímel, pelo seu cunho, que ao então Primeiro Tenente Sabino Elói Pessoa devamos essa contribuição, precursora de outras, providas de Teotônio Meireles, Garcez Palha e Pinto Bravo.

Tomemos um tópico do artigo *Condecorações*, assinado por S., a que acima temos aludido:

“Adotou-se entre nós o uso de conceder a praças do Exército e da Armada condecorações em prêmio de serviços. Acho isto muito justo; e parece-me tão brilhante um hábito no peito de um valente soldado quanto ridicularizado e humilhado na casaca de um negreiro. E como deseje que a honra que resulta de uma condecoração para aquele benemérito não seja problemática em vista das disposições da lei; explicando-me melhor, como julgo que se ofende o seu merecimento e valor, concedendo-lhe privilégios negativos e incompatíveis com a sua posição, pois dando, por exemplo, o Hábito da Rosa honras de Capitão, o taverneiro as gosará, mas o soldado nunca; é por isso que proponho que haja em uma ou duas das nossas ordens militares categorias inferiores à última existente, denominadas de 2ª e 3ª classe. Referindo-me ao Hábito da Rosa, seja êle dividido em três classes: 1ª para oficiais, 2ª para inferiores, 3ª para soldados. E os privilégios inerentes a cada uma dessas classes, bem claros e explícitos, não guardem desproporção com a posição do indivíduo, outrá vez o repetimos, não se torne o Hábito brinquedo de criança, simples tetéia com que se burla dêsses honrosos feitos, que uma medalha não distingue se a ela não se liga uma alta idéia.

Sei de alguns fatos curiosos acontecidos com imperiais marinheiros, Cavaleiros da Rosa. Ultimamente um, que mereceu essa distinção pelos serviços prestados em Pernambuco, guindou-se a toda a altura de seus direitos; disse: ‘Tenho honras de Capitão, tenho privilégios e isenções, portanto não quero fazer sentinela, não quero remar em escaleres, não farei serviço de marinheiro’. Enfim, o homem pretendia pavonear-se com a sua tetéia, e passar vida regalada, porque todo o serviço de soldado e marinheiro era inferior à sua dignidade. Muita gente amargou com êsse raciocínio aliás justíssimo; e então talvez pensamentos menos equitativos viessem ao espírito de alguém; talvez se desejasse tirar ao homem a salvaguarda contra a chibata, e depois fazer-lhe pagar caro a dignidade com que se houve.

Acreditamos ter constatado, pelos subsídios expostos, o estreito contato que teve Sabino Elói Pessoa com o grupo fundador da *Revista Marítima Brasileira* em 1851. Certo é que o seu nome e os seus trabalhos estão ligados à história da fundação, do desaparecimento, durante um quarto de século, e do reaparecimento da *Revista* em 1881. À persistência e ao interesse, ao descortino do Conselheiro Sabino Pessoa se deve, por intermédio do Ministro Lima Duarte, a inclusão, no orçamento do Ministério da Marinha, da verba necessária à manutenção da *Revista*.

Desde então, a empresa tem sido sempre amparada, tem progredido, em todos os pontos do programa traçado ha 88 anos e cumprido sem desfalecimento na segunda fase de mais de meio século. A coleção da *Revista* é um precioso e abundante repositório a que frequentemente se recorre com segurança e proveito. Sabino Pessoa foi quem lavrou a pedra angular do que se está tornando um monumento, tendo-a lançado com outros abnegados em terreno firme.

Consideradas as relações entre o Primeiro Tenente Sabino Elói Pessoa e a *Revista* que, afinal, pôde corresponder às previsões do artigo inaugural de 1851, passamos a outros aspectos, para retornarmos, mais adiante, à tribuna em que êle brilhou com o mesmo vigor de suas diversas e constantes atividades.

Sabino Elói Pessoa era filho do Brigadeiro José Elói Pessoa, e de D. Márcia Sabina do Couto Pessoa. Êste ilustre Brigadeiro, tão chorado e celebrado por seus conterrâneos, nasceu na Baía a 27 de Julho de 1792, filho do Major Cirurgião-mor Cristóvão Pessoa da Silva e de D. Josefa Maria Pessoa, originários da Província Dentre Douro e Minho, no Reino de Portugal.

Os seus biógrafos, Dr. Tomaz José Pinto Cerqueira (*Rev. do Inst. Hist.*, tomo III, Sup., pág. 30, 1841), Joaquim Manuel de Macedo (*Ano Biográfico*, terceiro volume, pág. 471, 1876) e Inácio Accioli de Cerqueira e Silva (*Rev. do Inst. Hist.*, tomo III, pág. 91 a 95, 1842 – *Memórias Históricas da Baía*, 2º vol., pág. 56, 1841) exaltam os méritos do ilustre pai de Sabino Pessoa.

Escreve o último dos biógrafos citados que José Elói Pessoa, desenvolvendo logo na infância uma inteligência e capacidade intelectual pouco comuns,

“era destinado por seu pai às ciências positivas na Universidade de Coimbra, para onde devia partir com seu irmão mais velho Cristóvão Pessoa da Silva Filho, para onde devia partir; mas tendo concluído os estudos preparatórios, alistou-se voluntariamente, em 28 de Novembro de 1807, na 1ª Companhia do Regimento de Artilharia da guarnição da Baía, chegando em pouco tempo ao posto de Capitão, pelo rápido progresso que fez no estudo da respectiva aula.”

Continua o biógrafo Cerqueira e Silva:

“Veio então governar esta Província um homem de gênio superior, o protetor dos talentos, o 8º Conde dos Arcos D. Marcos de Noronha e Brito, de sempre grata recordação dos baianos, o qual, descobrindo no jóvem oficial uma admirável tendência e predileção às ciências

exatas conseguiu do Sr. Rei D. João VI, de saudosa memória, permissão para que êle fosse com seus vencimentos seguir o curso de Matemática na referida universidade, onde grangeou a particular estima de seus sábios mestres e condiscípulos, por seus talentos e aplicação literária, formando-se naquela Faculdade e tomando o grau de bacharel na de Filosofia, em cuja qualidade regressou ao seu país natal em 1821, já no pôsto de Major."

Em Coimbra, a 25 de Maio de 1821, nasceu Sabino Elói Pessoa. Seu pai, chegando à Baía em Agosto, regressava daquela cidade penetrado de idéias liberais.

No ano excitado do seu regresso, a 10 de Fevereiro, organizára-se uma Junta Provisória, cuja deposição pretendeu o movimento de 3 de Novembro, em que se tornou parte o Major José Elói. Foi prêso e enviado para Lisboa. Sôlto, retornou à Baía em 1822, encontrando a cidade do Salvador dominada pelo General Madeira, chefe da tropas lusitanas, enquanto os patriotas organizavam a resistência no Recôncavo, promovendo a guerra da Independência. José Elói, sem demora, foi servir no exército independente e restaurador da Baía. O General Labatut o retira do campo de ação e manda-o assumir o govêrno militar e civil de Sergipe.

**Acreditamos ter constatado, pelos subsídios
expostos, o estreito contato que teve Sabino Elói
Pessoa com o grupo fundador da *Revista
Marítima Brasileira* em 1851**

Foi aproveitado por D. Pedro I em comissões administrativas, após a restauração da Baía, a que voltou em dias agitados por sedição militar, para comandar a brigada de artilharia, sedição em que fôra assassinado o Comandante das Armas, Coronel Felisberto Gomes Caldeira. José Elói, então no pôsto de Tenente-Coronel, assumiu o comando das tropas legais e restabeleceu a paz e o regime legal na cidade.

Em 1825, com a sua brigada, tomou parte na campanha do sul, guarnecendo a ilha de Gorriti. Recolhido ao Rio de Janeiro, aqui residiu, reformado no pôsto de Coronel e exercendo a profissão de advogado.

Retornou à atividade militar em 1831, entrando para o corpo de engenheiros. Cerqueira e Silva escreve:

"Nesta qualidade delineou e dirigiu muito importantes obras que ora se notam nesta capital (Baía), como sejam a Rua Nova do Comércio, assentada no terreno que até alí era coberto pelo mar, a grande muralha de apôio da parte da montanha, que forma a ladeira da Conceição, e em cujo ponto culminante se acha assentado o teatro público, sendo pelo mesmo encarregado do magistério d'aula de artilharia e fortificação de campanha, recitando na ocasião de sua abertura, em 3 de Maio de 1832, um brilhantíssimo discurso, que por si sômente fornece o maior elogio aos conhecimentos variados e ilustração que êle reunia."

Presidente da Província de Sergipe em 1837, aconteceu logo na Baía a crise revolucionária de 7 de Novembro a 15 de Fevereiro de 1838. Pelos serviços que prestou José Elói nessa fase, foi galardoado com o posto de Brigadeiro (1839), recebendo da Assembléa Provincial da Baía “o agradecimento mais honroso que se pode dar em uma carta congratulatória que lhe foi dirigida”.

Foi membro da Assembléa baiana. Deputado à Assembléa Geral pela Província de Sergipe. Comandou em Alagoas as forças legais contra facções armadas. Foi nomeado pelo governo provincial da Baía e pelos corpos militares para felicitar o Imperador D. Pedro II pela declaração de sua maioridade.

Na estrada do Rio Vermelho, Baía, possuía uma chácara o Brigadeiro José Elói Pessoa. A 2 de março de 1841, recolhia-se êle dêsse seu pequeno sítio para a sua residência, na cidade, quando um assassino, até hoje ignorado, o prostra com um tiro. Sobreviveu por instantes. Foi um crime inexplicável e misterioso, pois a ilustre vítima não tinha inimigos e a sua conduta pública e privada era exemplar.

**Sabino Elói foi companheiro de José da Silva
Paranhos na Baía. Representaram juntos,
algumas vezes, no célebre teatrinho da
rua da Baixa**

*

**Três anos depois de Paranhos, Sabino Elói era
aspirante a Guarda-Marinha**

Relatam os seus biógrafos que a capital baiana se cobriu de luto e honrou a nobre vítima. Uma multidão levou os seus despojos ao jazigo, na igreja do Hospício de N. S. da Piedade.

José Elói Pessoa, Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro e da de S. Bento de Aviz, condecorado com a medalha da Restauração da Baía, Moço da câmara de S. M. o Imperador, tinha fama de químico hábil, insigne matemático, versado em diferentes idiomas, de conversação distinta e instrutiva, sóbrio, insinuante e robusto.

O seu biógrafo Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, em certa altura do elogio que escreveu, diz que o Brigadeiro José Elói Pessoa, “conquanto possuísse bastante ilustração, jamais se dedicou a escrever, conhecedor dos prejuízos que infelizmente ainda sofre entre nós o que se entrega a semelhante trabalho, não secundado de alheias proteções”.

Podemos, todavia, informar que José Elói Pessoa da Silva publicara uma memória no *Diário* do Rio de Janeiro, datada de 8 de Julho de 1823. Essa memória, sob o título *O Relógio*

de *Latitude*, foi transcrita, 28 anos depois, no n.16, de 15 de Outubro de 1851, da *Revista Marítima Brasileira*. Recomendando-a à análise dos leitores, a redação lembrava que desde longo tempo era objeto de “sério estudo o meio mais exato de conseguir o mais fácil e prontamente possível a latitude e longitude, não obstante a facilidade de obter pela teoria êsses dois elementos, sobretudo o primeiro”.

O autor da memória não duvidava de que a sua tentativa, fundada em princípios teóricos certos, fosse talvez infrutífera na prática. Contentava-se com que o ensaio servisse menos, de base para que outros viessem a conseguir o útil fim a que êle se propunha.

A memória referida, de José Elói Pessoa da Silva, é de traçado sóbrio, de estilo apropriado e límpido. Encaminhou-a certamente Sabino Elói Pessoa às colunas da *Revista*, exumando-a das sombras de mais de um quarto de século.

Do culto e do patriota José Elói proveio Sabino Elói. Sem dúvida o primeiro, não fôra tão prematuro e lamentável o seu desaparecimento, aumentaria a soma já excepcional dos seus serviços à pátria e à sociedade, levando a maior latitude o seu renome.

A José Elói Pessoa deve o Brasil ter sido transportado da Baía ao Rio de Janeiro, a bordo de um navio de guerra, com destino à Academia de Marinha, o jovem desprovido de recursos José Maria da Silva Paranhos, futuro e eminente Visconde do Rio Branco. Tendo êste os preparatórios de Gramática Latina, Filosofia Racional e Moral, além de Retórica, matriculou-se na Academia dos Guardas-Marinha em 1836. Foi aprovado plenamente nos três anos matemáticos, arquitetura naval, desenho de paisagem, artilharia e observatório. Em 1840, assentou praça de Guarda-Marinha da Armada Nacional e Imperial por nomeação de 4 de Setembro de 1840. Em 1841, José Maria da Silva Paranhos passou para a Escola Militar.

Sabino Elói foi companheiro de José da Silva Paranhos na Baía. Representaram juntos, algumas vezes, no célebre teatrinho da rua da Baixa, de uma sociedade particular. Três anos depois de Paranhos, Sabino Elói era aspirante a Guarda-Marinha, concluindo o curso em Dezembro de 1841. Promovido a Segundo Tenente em Março de 1843, a Primeiro Tenente em 1849, a Capitão-Tenente em Dezembro de 1861. Secretário do Conselho Naval. Obteve demissão do pòsto por decreto de 28 de Maio de 1868, sendo nomeado diretor de secção da Secretaria de Marinha por outro decreto da mesma data. Exerceu os cargos de Bibliotecário da Marinha, Lente substituto da Academia de Marinha (1851-53). Lente do 1º ano da mesma Academia, deixando êste cargo, a pedido, em 1858. Oficial de gabinete de 1865 a 1866 e de 1870 a 1871. Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha (1872).

Sabino Elói Pessoa fez parte da comissão criada em 1862 e constituída do Barão de Tamandaré, Chefe de Esquadra Diogo Inácio Tavares, Chefe de Divisão Jesuino Lamego Costa, Capitão de Mar e Guerra Francisco C. Torres e Alvim, Capitão de Fragata Segundino Gomensoro, Diretor de Construção Naval Level e Diretor de Máquinas Antônio Gomes de Matos, servindo de secretário o empregado da Secretaria Antônio Carlos César de Melo e Andrade, para dizer sôbre as modificações que à arte militar naval pareciam decorrer dos combates travados entre os navios federais e confederados dos Estados Unidos da América.

O Conselheiro Sabino era Comendador das Ordens da Rosa e de S. Bento de Aviz. Condecorado com a medalha da campanha Cisplatina. Agraciado com o título de Conselheiro do Imperador D. Pedro II.

Escreveu: *Viagem da Corveta "Imperial Marinheiro"*, nos anos de 1857 a 1858, a diversos portos do Mediterrâneo e do Atlântico. Rio de Janeiro, 1860, in-8° – 124 páginas. *A Minha História*, valioso e interessante manuscrito, inédito. Além dos seus inúmeros trabalhos estampados na *Revista Marítima Brasileira*, colaborou no *Correio Mercantil*, quando o redigia o Conselheiro F. Otaviano, e em outros órgãos da imprensa.

No decurso do ano de 1852, a *Revista Marítima Brasileira* circula com pontualidade, de formato diferente, com o cabeçalho encimado de um painel em que se viam o Pão de Açúcar, a barra, um vapor de rodas, uma galera de pano cheio mareando em busca do largo, outro grande veleiro surto, um pequeno barco de latinos caçados, todos de flâmulas nos topes, e o esqueleto de um casco em construção. Avultava o escudo do Império, encostado em suas âncoras e duas bôcas de fogo cruzadas, com Netuno e o seu tridente à direita e Mercúrio à esquerda, sentados sôbre fardos, tanto o filho de Saturno como o de Júpiter. Retiram êsse painel do cabeçalho no ano seguinte e volve o periódico ao primitivo formato.

O programa continúa a ter cumprimento invariável. Os assuntos são tratados como no primeiro ano, examinando-se as condições do nosso aparelhamento naval de guerra e mercante. Trata-se de tudo quanto tem imediato interêsse sob o aspecto marítimo. Lêem-se os documentos sôbre a passagem do Tonelero. Encontram-se longas apreciações sôbre o estado da nossa artilharia naval. Comentam-se ocorrências do exterior. Aparecem longos artigos sôbre construção naval. Divulgam-se os atos oficiais. Travam-se polêmicas com a *Pacotilha* e outros jornais. Estranham-se certos atos da administração da Marinha. Estuda-se, debate-se a organização do Conselho do Almirantado. Discute-se o caso dos currais de peixe. Trata-se de higiene naval. Descrevem-se viagens, como a da *Imperial Marinheiro* às Malvinas, sob o comando do Capitão de Mar e Guerra Francisco Manuel Barroso. Relatam-se episódios da Guerra do Rio da Prata, etc., etc. Defende-se o direito dos militares aos debates políticos.

Os editoriais, em regra, não trazem assinatura. Inúmeros parecem, entretanto, ter sido escritos por Sabino Elói Pessoa.

A *Revista* deixa de aparecer no primeiro semestre de 1853. Ressurge a 1 de Julho por dois motivos: o nobre e generoso reclamo da corporação da Armada e a convicção em que estão os redatores de que, "em situação tão rica de esperanças para a Marinha, seria uma falta de lealdade, uma prova de pusilanimidade assistir mudamente à luta que um benemérito Ministro vai travar contra a indiferença e quiçá contra a má vontade".

Era então Ministro da Marinha o Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, cujo relatório, frisam os redatores, "franca e lealmente pugnando pelos interêsses dela, agrupou

para assim dizer a distinta oficialidade da Armada sob uma bandeira onde se lê *progresso*". O entusiasmo pelo engrandecimento da Marinha invade a imprensa e faz ressurgir a *Revista*, "jornal marítimo cuja concorrência nunca será por demais", ponderavam os seus redatores, "e satisfará melhor o bem entendido orgulho da classe que se apraz em ver os seus gloriosos emblemas em fôlha especial". Declaravam por fim os redatores que era a *Revista* novamente publicada sob os auspícios do Ministro da Marinha que "reanimou o seu reaparecimento". Só então o artigo de fundo declara que os redatores são os Primeiros Tenentes Sabino Elói Pessoa e Giácomo Raja Gabágliã.

Raja Gabágliã era um oficial ilustre, lente substituto da Academia de Marinha, homem de vontade forte, de talentos superiores, tido como de admirável instrução.

A *Revista*, ainda periódico quinzenário, continuou a cumprir estritamente o programa de 1851, com o formato idêntico ao desse ano, travando também polêmicas, criticando atos administrativos, exaltando a atuação do Ministro Zacarias na Marinha. Os artigos da redação não são assinados. Publica um longo folhetim marítimo – *As Pragmas*. Desenvolve artigos sôbre Máquinas e Astronomia. Divulga uma descrição da viagem da corveta *Baiana* a alguns portos do Pacífico. Critica as modificações executadas em diversos navios da Armada pelo Arsenal de Marinha da Côrte. Acompanha a discussão, no Senado, do projeto de lei da Câmara, n.27, de 11 de Junho de 1833, criando o Conselho Naval e opina que "há nêsse trabalho uma mesquinhez de concepção tal que o torna sensivelmente imperfeito". Discute sôbre a construção do dique do Maranhão. Em consequência das críticas da *Revista* a certos trabalhos do Arsenal, trava-se uma polêmica entre o respectivo Inspetor, Chefe de Divisão Joaquim José Inácio, e Sabino Elói Pessoa. Êste, iradamente atacado, revida com elegância e energia.

Continuando o cumprimento do programa, impressa ainda na Tipografia de N.L. Viana Júnior, Rua da Ajuda, n.57, que passou à sua viuva, na mesma rua, n.79, Sabino Elói Pessoa não esmorece e trata do serviço de cruzeiro contra o tráfico de escravos, de idéias gerais para facilitar a aquisição de marinhagem para os navios da Armada e de muitos assuntos de interêsse científico ou prático.

No n.19, de 20 de Abril de 1854, aparece a *Revista* com um artigo de fundo de grande alcance moral, traçado sobre nobres impulsos, dos que vêm do sentimento de justiça, principalmente quando a adversidade a alguém envolve e martiriza. Sabino Elói, nêsse artigo, sob o título *Capitão Tenente Figueira de Figueiredo*, como em outros muitos, mostra o fundo claro da sua alma e da sua inteligência:

"Grande sensação tem produzido na Marinha o procedimento severo mas legal, que tem tido ultimamente com o Sr. Capitão-Tenente Figueira de Figueiredo.

Responsabilizado, como ex-comandante do vapor *S. Salvador*, pelo desfalque achado em não pequena quantia que conduziu de Pernambuco para esta côrte, o Sr. Figueira tem sofrido como *questão ordinária*, em seu briô e pundonor militar, os tormentos das humilhações, quando está lógica senão juridicamente provado que todo o seu crime consiste em haver sido delicado e cavalheiro. O Sr. Figueira não contou, bilhete por bilhete, êsses cem contos que trouxe encaixotados com todas as formalidades de estilo, porque nunca praticaram assim nem êle, nem os mais prudentes comandantes de paquetes.

Mas o fato deu-se: falta dinheiro; ha um recibo sem restrições. O culpado portanto é quem o passou!

Seja portanto desde logo capitulado réu, e depois de alguns meses de ampla liberdade na corte, recolha-se a uma prisão, incomunicável o militar honrado, de reputação ilibada.

Não encontre atenuação no vigor com que é tratado, nem na consideração do privilégio que lhe dão maldadadas insígnias, nem segurança de consciência, com que veio entregar-se nas inexoráveis mãos da policia.

Será crível que o homem que tivesse o indigno pensamento de locupletar-se à custa do tesouro público, não se apoderasse de todo o dinheiro que trouxesse? Que tirasse apenas uma quinta parte de tal quantia; e que depois, por motu próprio, sem a menor hesitação, viesse apresentar o resto, e ainda por cima esperar o castigo?!

Não pretendemos escrever a defesa do Sr. Capitão-Tenente Figueira de Figueiredo, nem mesmo nos competiria tão honrosa tarefa. Perseguido porém pelo destino e um tanto pela acrimônia de terríveis e novissimos inimigos, deve o illustre official encontrar nas colunas do jornal maritimo frases de simpatias consoladoras, e ainda mais a declaração franca de que a opinião de seus camaradas de ha muito absolveu-o dessa culpabilidade odiosa, desmentida pela simples intuição, quando de nada sirvam precedentes sem nota.

O único argumento que persegue o Sr. Figueiredo como uma personificação da justiça é a existência de um recibo. Discutam porém os homens do fóro o valor e significação desse documento, que não tem o caráter legal e reconhecido da quitação em forma; provem que tal recibo é apenas uma simples formalidade, porque o dinheiro veio resguardado com selos, e portanto ainda sob responsabilidade diversa; mostrem finalmente as bases fracas em que se firma tão pesada acusação, e o Sr. Figueira ficará rehabilitado no conceito dos que ainda duvidarem, colhendo entretanto desta tremenda lição bons preceitos contra a hipocrisia e a perversidade."

Nessa época, alguns bravos, veteranos das lutas do Prata, se achavam na miséria. Sabino Elói escreve em auxílio deles, valendo a pena transcrever este trecho de um artigo de 20 de Abril de 1854:

"Encontrámos ha meses nas antesalas do Ministério da Marinha um infeliz, privado da luz do dia, que trôpego e vacilante se apoiava no braço de uma jovem, seu único arrimo neste mundo. O coração lhe estava estampado na fisionomia, e nesta notava-se que a resignação já cedia à angústia. Seus lábios moviam-se solicitantes, a mão trêmula apresentava papéis, e ninguem o escutava, porque cada um tinha tambem alguma coisa a pedir.

Este homem confundido na multidão que costuma zumbir junto aos reposteiros ministeriais, não era um ente vulgar, porque derramara seu sangue pelo país, porque conserva no corpo sinais indeléveis de seu valor, porque estendendo a mão tinha as faces em carmim; este homem, finalmente, era um bravo caído das alturas da glória, nos abismos da miséria, e nós não lhe citaremos agora o nome, pois, feita tal revelação, seria faltar a essa espécie de pudor, que o homem honrado tanto mais presa quanto é mais infeliz.

Este homem pedia uma mesquinha pensão para não morrer de fome. Sua voz não retumba agora como nas ocasiões de combate; cumpre pois que a faça ouvir a tuba da imprensa, cujos clamores, atravessando fileiras de guardas e espessas paredes, vão acolher-se no coração do mais generoso dos homens. É nobre a missão de quem pede pelo desgraçado, e quando o dever a impõe, a perda que ela faz da espontaneidade compensa-se pela maior tranquilidade da consciência."

Bate-se a *Revista*, em 1854, pela reforma da lei de promoções dos officiaes da Armada, em vigor desde 15 de Dezembro de 1790. Analisa minuciosamente o relatório ministerial daquele ano e os debates de assuntos do interesse da Marinha no Parlamento. Bate-se pela abolição dos castigos corporais:

.....
"Ninguém negará que, convocados para os serviços das armas os filhos da pátria, recusarão de horror ante o símbolo infamante do *knut* brasileiro.

É preciso abolí-lo.

Enquanto os representante da nação não o fazem, outra coisa se deve ter em vista. Convém que o governo olhe com a atenção para o modo pelo qual se exercita a bordo o direito de castigar."

.....

Quanto às corporações militares, a *Revista* estuda ainda um projeto de Monte-Pio Geral, o casamento, os interesses dos lentes. Reproduz trabalhos sobre a arte militar. Trata, em longo artigo, da Biblioteca da Marinha, assim como outros muitos do interesse da Armada, entre os quais o que tem o título *Astronomia* em 1854, etc., etc.

A 5 de Abril de 1855, a *Revista Marítima* suspende a publicação, mas reaparece em 5 de Junho, depois de abertas as Câmaras, "afim de satisfazer ao seu dever para com os Srs. assinantes". Sabino Elói escreve então, sob o título *Reaparecimento*:

A redação do primeiro jornal marítimo que se publicou no Brasil nem sempre teve exclusivamente entregue à fraca inteligência de quem escreve estas linhas.

1^a Ten. Sabino Elói Pessoa

"A *Revista Marítima* torna a aparecer, como prometeu, afim de satisfazer ao seu dever para com os Srs. assinantes.

Neste curto intervalo de tempo que tem de preceder a sua extinção completa, a *Revista* não pode deixar de ser fiel ao seu programa, e entrará portanto em discussões que lhe repugnam depois da doce tranquilidade de que acaba de gozar.

Os adivinhos da marinha concluíram do silêncio que guardou o jornal marítimo, cuja publicação foi inesperadamente suspensa, que êle devia reaparecer em sentido de opposição.

Se opposição é o direito de crítica decente e respeitosa, conferida pelo bom senso, desejado e promovido pela ilustração, pela probidade e honradez dos governantes, os adivinhos tanto acertaram que não deram novidade; mas se é um abuso dêsse direito, desafôgo de paixões, em que se ataca as pessoas, fugindo às questões de princípios, então erraram os prognósticos e só da malevolência poderiam partir.

O espírito de crítica com intenções de esclarecer e de melhorar é um resultado genuíno do sistema constitucional, é uma de suas belezas, e neste país por ventura a mais perfeita das liberdades do cidadão.

Êle pode mui bem predominar sobre a pena que escrever a respeito da nossa marinha, sem que ofenda o ministro, pois o seu relatório nada menos é que uma demonstração dêsse espírito, e por tanto dessa necessidade.

Na marinha tudo é objeto de análise, porque, segundo geralmente se diz, a marinha tem de ser reformada em todos os elementos que a constituem.

Nós, portanto, mesquinho artiguista, e essa pléiade de escritores que brilha no azul da imprensa, não cometemos um pecado, damos sim prova de patriotismo ao país e de dedicação ao ministro, prestando à sua administração a verdadeira luz dos governos livres."

Nesse mesmo número, ataca o Paraguai e analisa o Relatório da Marinha. Com o n.21, de 28 de Julho de 1855, desaparece, estampando êste artigo do então Primeiro Tenente Sabino Elói Pessoa:

"*Urbi it orbi*"

"Cair em regra é uma recomendação de bom gosto popularizada pelo espírituoso autor do *Fantasma Branco*. Acabar justamente no momento, em que continuar a existir seria pouco lógico e oportuno, nada poético e interessante e um desejo admissível quando se pôde livremente escolher dos males o menor. Cobrir no instante fatal a altiva frente com o manto da dignidade, e pagar o derradeiro tributo à etiqueta e ao decôro, é finalmente uma brilhante prova de orgulho e presença de espírito.

Pois bem.

A *Revista Marítima* cai em regra, porque sem dizer: *me acudam!* – ha muitos meses decentemente escorrega num plano inclinado, a cujo têrmo hoje chega sem assombro do leitor.

Morre oportunamente, pelo aparecimento da *Crônica Marítima* que se anuncia sua sucessora, e que *vegetando e se debatendo debaixo de um céu sempre nublado*, viverá portanto de sua morte.

E preparou-se para o dia de hoje com dignidade, porque... melhor é não dizê-lo... seria longa a exposição.

A *Revista Marítima Brasileira* termina portanto sua existência periódica.

Jamais foi alterada, até o presente, a *entente cordiale* que ligava entre si os quatro fundadores do periódico marítimo

Ficai todos cientes desta novidade, e mais que o redator muito contente e cheio de vida, folga como o espírito que se desprende da matéria e voa em plena liberdade.

Algumas linhas agora à posteridade.

A redação do primeiro jornal marítimo que se publicou no Brasil nem sempre teve exclusivamente entregue à fraca inteligência de quem escreve estas linhas.

A *Revista* foi dada à luz em 1851 com a ilustrada cooperação dos Srs. Antonio Carlos César de Melo e Andrada, Jerônimo Pereira de Lima Campos e Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, nomes bem conhecidos na marinha, de dois oficiais da Armada e de um empregado da Contadoria.

Êstes senhores retiraram-se, em épocas diferentes, dentro do limite de 16 a 18 meses, sendo o Sr. Lima Campos o último, cuja separação tivemos de lastimar.

Jamais foi alterada, até o presente, a *entente cordiale* que ligava entre si os quatro fundadores do periódico marítimo. Bom é que disto se tenha conhecimento para poupar uma mentira aos futuros anais da marinha, onde supomos a *Revista* encontrará jazigo e epitáfio.

O Sr. Giacommo Raja Gabágli, moço dotado de um talento superior e de qualidades que para o futuro o podem elevar à altura em que dignamente se acham os Torres e os Paranhos, logo que a êstes imite, despedaçando douradas peias, ligou-se a nós em Julho de 1853, e foi o último colega que tivemos na perigosa tarefa de emitir pelos tipos as nossas e as convicções de outros sôbre negócios da marinha.

O ilustre colega, o inimitável amigo, ha 16 meses está na Europa: desde então, nós único carregamos a pesada responsabilidade, dissemos nós, e Deus sabe se dissémos bem!

Uma ou outra vez apareceram artigos colaborados na *Revista*. Entre estes, mais notáveis nos parecem os que versam sobre navegação, sobre organização do conselho naval e sobre aquisição de marinhagem. Os mais artigos de circunstância, e de interesse momentâneo, nem por isso deixam de ser bem escritos.

Não fazemos semelhantes revelações senão com o fim de dar a cada um o que lhe pertence.

Sabemos de cor a fábula da gralha entre os pavões, e nos fica a alma ao sueste quando algures lobrigamos o ridículo.

Considerem-se, portanto, feitas as partilhas. Os herdeiros contentem-se com o que lhes toca, e nos dêem licença para tratar de outra coisa.

Esta outra coisa vem a ser – conselhos filhos da experiência e os presentes e futuros escritores de jornais marítimos na côrte.

Refletí, amigos, que – a subordinação é a base de toda a ordem. Se gosais honras militares o elogio deve ser perene no bico de vossas penas. A crítica que se dirige ao alvo em linha reta, ou a contradição que segue receiosa uma espiral fazem mal aos nervos de certas organizações delicadas, e vos recomendam ao diabo.

A lisonja equivale à continência militar do jornalista fardado.

Esteja sempre o vosso espírito disposto à adulação, porque por mais que vos apliqueis a criar um estilo adequado a circunstâncias, que vos roubam direitos de que aliás gozam todos os jornalistas, e procureis com este brando recurso render homenagem à verdade e desempenhar com a pena o dever de um bom cidadão, ainda assim uma susceptibilidade sem exemplo em cada letra do vosso escrito encontra um espinho, lança à conta da subordinação o vosso crime de jornalista, vos ameaça, vos julga e vos condena ao terror de Damocles.

Reaparecida em Julho de 1881, como já explicámos, sob a direção de Sabino Elói Pessoa, José Egídio Garcez Palha e Alfredo Augusto de Lima Barros, a *Revista* apresenta o formato que ainda conserva

Tecei portanto grinaldas de flores, queimai incenso, entoai louvores, e vereis o que nunca pôde ver quem escreve estas linhas – o céu aberto dos favores.

Mas, amigos, estamos lendo em vossos corações que vos repugna adiante do sol praticar ações que a escuridão reclama.

Alçais as penas à altura do pensamento; cheios de brio e entusiasmo ides escrever, e contaís com a vitória. Não vos dizemos que fazeis mal; apenas entregamos à vossa meditação o episódio do *Gil Blas* dos jornalistas com o arcebispo de Granada.

Os tempos mudam e os *arcebispos* também. Para nós mesmos, no espaço de 4 anos, houve períodos em que o nosso espírito gozou de plena liberdade. Mas esta ventura foi de curta duração, e por isso à fôrça de contrafazer-se, notai, a nossa pena está aleijada.

O muito que dissémos na *Revista* tem para nós singular merecimento, não pela doutrina, nem pela riqueza de idéias, qualidades que lhe faltam, sim pelo geito e modo com que démos ingresso em terreno vigiado à perseguida verdade.

Folheai os quatro volumes da *Revista*: e af encontrareis assunto copioso para se formar um *tratado de todas las cosas y de algunas cositas mas*, bem entendido dentro da órbita marítima.

Propôr utopias e tomá-las a peito é gastar tempo inutilmente e pôr em risco de perder-se a causa que se defende.

Em marinha tudo é prosaico e positivo; as divagações não são admissíveis, porque é aí que se pode usar da frizante linguagem do *pão pão, queijo queijo*.

Assim a *Revista* talvez queira ter a pretensão de haver esgotado todas as teses. Não quer isto dizer que de outras penas muito mais hábeis não possam elas receber um desenvolvimento e interesse que jamais lhes soubemos dar. À *Revista* resta apenas a vantagem da iniciativa.

As três palavras *material, pessoal e moral* encerram em suas interpretações múltiplas quanto se possa dizer sobre marinha.

Diques e construções navais figuram na primeira rubrica.

Reformar valetudinários da armada; aumentar a classe dos oficiais superiores e diminuir a dos subalternos concerne à segunda.

E a terceira é tão vasta que no momento de expirar não temos forças para expô-la.

Aí ficam porém o *Brasil Marítimo* e a *Crônica Marítima*, a quem a *Revista* lega, em *solução de continuidade*, o divertir-se com estas e outras quejandas coisas, que lhes faça o muito bom proveito.

Vale."

Reaparecida em Julho de 1881, como já explicámos, sob a direção de Sabino Elói Pessoa, José Egídio Garcez Palha e Alfredo Augusto de Lima Barros, a *Revista* apresenta o formato que ainda conserva, com os nomes daqueles diretores estampados no rosto, impressa na casa Lombaerts & Comp., Rua dos Ourives n.7. O artigo inaugural da nova fase é de Sabino Elói, já então Conselheiro, que assina S.E.P.

Sucessivamente, encontramos trabalhos seus, intitulados:

Vital de Oliveira, "o moço sábio, o oficial brilhante, a vítima afamada que morreu pela Pátria em um dia de combate".

O Conselheiro Manuel Buarque de Macedo, "grande patriota que revive nos feitos de seu gênio de administrador, e pela importância dos serviços já prestados ao encetar o programa que deixa estudado e completo aos seus sucessores. Modesto, filho das suas próprias ações, como Rio Branco, Zacarias e Paraná, entrou na pléiade em que êstes fulguram; criou um nome e passa à posteridade com o sufrágio geral da nação brasileira".

O Contador Augusto César Castro de Menezes, aquele que "não viveu para o mundo; com as mesmas fadigas de um viajante ousado, caminhou meio século; sob o domínio de uma preocupação oficial, sentou-se extenuado para repousar alguns momentos e *ponens caput expiravit*. Não há sacrilégio nestas palavras: Jesus Cristo teve um imitador pela paciência, pela justiça, pela probidade e pela honra".

O Ex-Capitão-Tenente Miguel Ribeiro Lisboa, cuja retirada da Armada, como oficial de tantos merecimentos, "é mais prejudicial do que a perda de alguns navios. Com dinheiro e boa vontade se alcança a renovação do material de uma esquadra; mas a alma que deve dirigir-la, o gênio militar, procede de uma influência secreta: é favor do céu quando com a suprema justiça intervém nas lutas sanguinolentas da humanidade". Sem exagero: "Miguel Lisboa, pelas provas do seu préstimo e importância dos trabalhos que ultimamente levou a efeito, constituiu-se uma notabilidade e merecia o respeito devido ao sábio".(1882)

Os Distritos Navais, em que diz: "Não precisamos somente da reforma ou renovação do material flutuante: indispensável tratar da reorganização do serviço naval, sem desconhecer a ligação que existe entre um e outro propósito".

Revista Marítima Brasileira, artigo relativo ao 1º ano da segunda fase, em que diz: “Os Ministros fenecem com a rosa de Malherbe. Nos sete meses decorridos neste ano de 1882, já contámos o quarto secretário de Estado com a reponsabilidade da pasta!”. (1822)

A Morte do Almirante Barroso, o qual se transformou “de modo que, enquanto o seu espírito procura repouso no infinito, os seus feitos estão servindo de lição aos futuros *Nelsons*, aos futuros *Barrosos*”. (1822)

O Chefe de Esquadra Jerônimo Gonçalves, sobre cuja reforma do serviço ativo diz “... em qualquer eventualidade que exija de um patriota dedicação e sacrifícios, Jerônimo Gonçalves se apresentará com o seu gênio militar e a sua valente espada para brilhantemente provar que apenas repousava da grande luta em que fôra herói”.

O Almirante reformado Barão de Angra, Eliziário Antônio dos Santos, “o último dia da sua escola e talvez mesmo do seu tempo. Íntegro, intransigente, enexorável em tudo que dizia respeito ao serviço”.

A Reforma do ensino na Escola de Marinha e no Colégio Naval (1883).

M.J.R. de Carvalho, Chefe do Corpo de Fazenda da Armada, “que fez regulamentos, instruções, avisos, mapas, modêlos, tabelas e mais trabalhos de igual teor, para os quais tinha cabeça de Júpiter”. (1884)

Em 1887, deixa a direção da *Revista* o Conselheiro Sabino Elói Pessoa. Todos, com pesar, verificam o seu afastamento e a redação acentua que a êle é que mais deve a citada publicação, pois “grandemente contribuiu para a sua criação e já não curta existência”. Sabino Elói Pessoa deixava então o cargo de Diretor Geral da Secretaria de Estado e ao mesmo tempo o de Diretor da *Revista*, em cujas páginas, na segunda fase, deixou de escrever, como desejava, pelas tarefas em que absorvia todo o tempo na Secretaria de Marinha.

Tivemos oportunidade, o favor especial, de proceder a atenta leitura do manuscrito *A Minha História*, traçado pelo Conselheiro Sabino Elói nos derradeiros anos do último quartel da sua vida.

Começa lembrando os numerosos amigos que teve na Marinha e fora dêsse círculo. Servira com muitos Ministros. “Já tinha garbo disso”, como o seu antecessor no cargo de Diretor da Secretaria de Marinha, o velho Conselheiro Francisco Xavier Bomtempo, “Matusalém da Secretaria de Estado”, funcionário praticante desde a idade de 19 anos e ainda funcionando aos 80, no cargo de Diretor Geral. Certa vez o Conselheiro Sabino Elói o encontra, depois de aposentado, e assim escreve:

“Diminuíra de altura, porque tinha as pernas arqueadas, para os lados. O busto ainda estava irrepreensível, espartilhado, com a casaca azul de botões amarelos abotoada faceiramente. Os olhos, de velhinho, tinham entretanto a viveza costumada. Depois de algumas expressões amistosas, disse-lhe:

– Conselheiro, vai forte e bom, a-pesar-dos Janeiros!

Respondeu-me:

– Os 84 estão cá; pretendo fazer os 85 e, para diante, pedirei *algumas prorrogações...*
Achei espírito na resposta: pedir prorrogação de idade era mesmo lembrança de empregado público, useiro e vezeiro na linguagem de ofício."

Sabino Elói achava que o brasileiro em geral tinha um caráter justo e generoso. Recordava com grata afeição tantos amigos que tivera, salientando os Conselheiros Pais Barreto, Pinto Lima, Saraiva, Zacarias, Paranaguá, Silveira Lobo, Lima Duarte, Pedro Luiz Meira de Vasconcelos e Duarte de Azevedo. A êste Conselheiro rende preito especial de afeto e reconhecimento.

Certa vez, num movimento de dignidade, em face de certas ocorrências, Sabino Elói pede aposentadoria do cargo que desempenhava na Secretaria de Marinha. Chama-o o Ministro Duarte de Azevedo e convida-o para o lugar de Diretor Geral que ia vagar pela retirada do Conselheiro Bomtempo.

Pasma Sabino Elói e diz ao Ministro:

– "Não esperava tal pergunta da parte de V. Ex.; mas respondo já: Sou incompatível com o emprego que tão generosamente me oferece porque fui armado por Silveira Lobo, a quem acompanhei lealmente.

– A incompatibilidade por tal motivo, respondeu êle, não existe. Liberal ou conservador, o empregado pode servir igualmente bem ao seu país; as côres políticas não determinam, nem podem determinar, em cargos da administração, semelhante afastamento. A primeira questão é a idoneidade do cidadão nomeado; as considerações políticas giram em uma esfera superior e compreendem motivos de uma ordem diversa.

Mais ou menos explicou-se, com a sua costumada eloquência, o Conselheiro, nêses termos.

Aceitei, cheio de reconhecimento.

Com efeito, fui nomeado e servi perfeitamente com o ilustre Duarte e até sua transferência para a pasta da Justiça.

Nessa mesma ocasião, o Conselheiro, depois de resolvida a minha nomeação, apresentou-me ao Almirante Lamego, que estava presente, dizendo-lhe: 'Sei que, por motivos eleitorais, deixou de existir a harmonia, antes tão apreciada, entre V. Ex. e o Sr. Pessoa. Não mais existem êstes motivos; convém ao serviço público que dois chefes importantes da repartição, dois cavalheiros distintos, reatem as relações de amizade."

Lamego deixou de hostilizar-me; eu o imítei lealmente. Se não ficamos tão amigos como dantes, vivêmos em santa paz, até que êle partiu a esperar-me na ignota região que se chama *outro mundo*.

Conservo em minha modesta sala de visitas o retrato do Conselheiro Duarte de Azevedo; mas nenhum ainda existe, para que êste, por si só, explique a razão da escolha e preferência que lhe dou sobre tantos outros que com êle poderiam entrar em competência.

Sempre repugnei fazer ostentação, no íntimo da minha família, das amizades que entretinha com os figurões, isto é, com os Ministros; por isso guardava-lhes a respeitável effigie na memória, sem outra prova de dedicação que pareceria lisonja."

Sabino Elói foi nomeado, durante o regime monárquico, comendador da Rosa, por serviços literários prestados à Exposição de Viena. Não tirara o diploma respectivo. Jamais pedira qualquer condecoração. Nunca deu aprêço a tais *penduricalhos* que, por descrédito, chamavam-se, entre nós, *tetéias*. O próprio Imperador, lembra Sabino Elói, "que tinha necessidade de fazer do peito uma taboleta reluzente", aborrecia os condecorados e as condecorações.

Nêste passo, conta o Conselheiro o caso de um Coronel Sepúlveda, de Santa Catarina, faminto, como outros, dessa “espécie de iguarias”. O Coronel “amofinava o imperante com *charadas* a qualquer propósito. Sua Majestade já estava esmagado com tantos elogios”. O Coronel conseguiu ser comendador, a uma enxurrada de títulos e condecorações. Cessaram repentinamente as *charadas* da musa de Sepúlveda.

Assim remata o Conselheiro a história do caso:

– “Meu Coronel, perguntou-lhe alguém, não vem a propósito uma charadinha, em forma de madrigal, a Sua Majestade que derramou com tanta profusão o cofre das graças?

– Já pilhei o que desejava. Sou Comendador, não espero mais, respondeu o Sepúlveda. Mais tarde veremos.

Aí está como se traficava nas tetéias. Não valia a pena trocá-las por dinheiro.”

O Conselheiro Sabino, servidor da nação durante quarenta anos, pensava: o que é moralmente bom ou mau em nós não se deve a um esforço para realizar certo pensamento. A educação influe muito nos hábitos adquiridos; mas ha uma vocação para o bem ou para o mal, à qual obedecemos fatalmente. Quem nasce com uma virtude, não cai no vício oposto facilmente; quem é apanhado pelo vício, naturalmente não reage com a virtude contrária. E o Conselheiro rematava:

“É uma estranha fatalidade explicada pela frenologia de Gali. Invoco-a em meu favor; não vim ao mundo fadado para o papel de interesseiro, adulator dos grande; por isso, sem me causar o menor incômodo, vivi em meu afastamento respeitoso, assistindo ao modo trêfego por que procediam outros.”

Certa vez, o Ministro da Marinha, José da Silva Paranhos, em conversa com Sabino Elói, advertiu-o “de que não deveria *censurar* os seus atos senão quando tivessem êles produzido os seus efeitos úteis, porque, de outro modo, causaria transtôrno à marcha da administração”. E acrescenta Sabino:

“Respondi-lhe, atenciosamente, que me parecia estranha semelhante linguagem da parte de um notável jornalista.

Êle replicou com um dos seus amáveis sorrisos:

– Mas a *Revista* é um jornal militar; não está no caso do *Jornal do Comércio*, no qual eu escrevia.

– A *Revista* não é jornal militar, como V. Ex. pensa, redarguí eu; não tem uniforme, senão o civil, que pertence, com direitos e imunidades, a todos os representantes da imprensa. Eu é que tenho farda; sou redator fardado, mas com os direitos e a responsabilidade dos meus colegas.

Assim, V. Ex. parece querer iludir-me, zombando da minha suposta ignorância. Digo *suposta*, porque conheço a lei que é clara e positiva a semelhante respeito.”

Ainda conta Sabino Elói, a experimentar com abnegação os espinhos da sua missão jornalística e doutrinária, que escreveu mais tarde alguma coisa que não agradou ao Ministro. Êste, pouco depois, suprimiu a consignação de 60\$ mensais que recebia o jornal marítimo para ter em dia a publicação do expediente da repartição.

Um belo dia, Paranhos chama novamente Sabino Elói à sua presença. Recebe-o com gravidade:

– “Sua Majestade manda adverti-lo pela falta de respeito com que o Sr. escreveu na *Revista*, respondendo ao General Andréa, seu superior na hierarquia militar.

Disse mais para ornar o pequeno discurso que é inútil reproduzir aqui. Ouvi com toda a paciência, até que ele mesmo ficou em silêncio.

Então, dispus-me a responder com outro discurso, modesto, mas cheio de razões:

— O General Andréa (Barão de Caçapava), disse eu, mandou pedir-me por intermédio do Sr. Lisboa (Tamandaré), espaço na *Revista* para a publicação do seu trabalho sobre um monte-pio militar, destinado ao Exército e à Marinha. Anuí, agradecendo a honra que S. Ex. fazia ao modesto jornalzinho. O Sr. Lisboa acrescentou que o General desejava ler as minhas idéias sobre o seu plano: prometi publicá-las depois.

Li o plano do General; notei que todas as praças militares, desde o simples soldado, eram obrigadas a concorrer pecuniariamente para o monte-pio geral, mas que só percebiam pensões os oficiais, mais ninguém.

Disse, sem faltar à menor delicadeza ao velho General, que tal distribuição me parecia injusta; que, no meu conceito, este era o grande defeito do seu trabalho.

O General Andréa, conhecido pelo seu gênio autoritário e fioso, irritou-se com a minha resposta; na que me deu, sem a menor cerimônia, dirigiu-me insultos, como seja, que eu, por não fazer caso de minha família, opunha-me ao seu projeto, etc., etc.

Repliquei então; alguma coisa escrevi, mostrando-me magoado, mas em termos que nada tinham de ofensivos.

Esta era a explicação sucinta dos fatos. Os artigos de S. Ex. e os meus estão publicados; fácil será reconhecer a veracidade do que acabei de expor.

Em 1887, deixa a direção da *Revista* o Conselheiro Sabino Elói Pessoa. Todos, com pesar, verificam o seu afastamento e a redação acentua que a êle é que mais deve a citada publicação

Agora, uma coisa me parece inteiramente fora de propósito: é a repreensão que Sua Majestade me fez a honra de enviar pelo seu Ministro!

O Sr. Conselheiro Paranhos, mesmo como Ministro, não poderia repreender-me por semelhante motivo. Já discutimos o ponto, uma vez. O General que me chame à responsabilidade; é tudo o que pode fazer.

O imperador constitucional gira na sua esfera irresponsável; nenhuma imputação tem para se envolver nos acontecimentos da imprensa.

É o que o Ministro devia ter-lhe observado, para não fazer depois um papel em desacôrdo com o seu talento e reputação. O Imperador do Brasil não é um califa do Oriente, nem o Ministro algum eunuco subserviente.

As razões que ficam acima expostas contêm tudo o que eu expus ao impertubável Conselheiro, o qual ouviu sem contestar-me, manifestando que seu espírito estava presente, apenas pelo rubor da sua face...

Algum tempo depois cessou, por deliberação minha, a publicação do jornal marítimo. Tinha ainda nas assinaturas recursos suficientes para custeá-lo; mas estava desgostoso; deixei a imprensa, para voltar a ela muitos anos depois, a convite dos meus amigos Tenentes Lima Barros e Garcez Palha, de quem, neste meu pôsto de aleijado, me lembro com muitas saudades."

No seu manuscrito, Sabino Elói faz elogios às qualidades e aos talentos do notável estadista Silva Paranhos, descrevendo as relações entre este e a família Pessoa e dizendo que "êle mesmo, Paranhos (Visconde do Rio Branco), em 14 de Novembro de 1874", escre-

veu-lhe nestes termos: “Vejo que conhece quanto o estimo e a recordação que conservo do seu ilustre Pai”. Sabino Elói conservava essa carta em seu poder.

Em outro trecho do manuscrito êle escreve:

“A minha história, conquanto despreziosa, é cheia de incidentes que me parecem dignos de narração.

Já disse que não sigo regras no que vou escrevendo; entrego a pena às reminiscências; ela funciona, dir-se-ia por magnetismo, o meu ser moral assiste, testemunhando a verdade.

Assim é que, depois de passar uma noite de martírio, sem merecer a Deus a graça de uma hora de quietação e sono, de dia, não podendo ainda dormir, porque dores terríveis continuam a perseguir-me, entrego-me ao trabalho de escrever.”

Sabino Elói serviu a bordo da fragata *Constituição*, do comando do futuro Visconde de Inhaúma, durante a viagem de volta da Inglaterra e Portugal.

Nessa viagem, o comandante o tratou com muita bondade e delicadeza. Achavam-se embarcados naquele navio, com Sabino Elói, o futuro Vice-Almirante Alvim, Barão de Iguatemi; Vital de Oliveira, notável pelos seus trabalhos hidrográficos; Ramos, Capitão-Tenente, “de talento superior, conquanto infeliz e mesquinho na carreira militar; e outros, a quem não faltava a inteligência, mas sim êsse impulso misterioso que o destino concede a uns e nega a outros, para aparecerem no campo luminoso da celebridade e renome”.

Sabino Elói diz que se achava, entre êsses últimos, modestamente colocado. Foi o seu próprio comandante, Joaquim José Inácio, quem o distinguiu, nas suas informações reservadas ao Quartel General da Marinha. Disse o comandante, nêsse documento oficial importante, “em que falam a consciência a honra do informante, que o simples subalterno a quem se referia era digno de ser colocado acima dos seus companheiros na relação de mérito”.

Mais tarde, da atuação de Sabino Elói na *Revista*, relativamente ao Arsenal de Marinha, de quem era Inspetor o Chefe de Divisão Joaquim José Inácio, resultou animada aversão recíproca. Entretanto, Sabino Elói assevera que “Joaquim José Inácio tinha qualidades que não eram vulgares: talento, saber profissional, filantropia...”.

Estava no arquivo do Senado, mofado e roído pelas traças, um projeto sôbre promoções na Armada. Lendo-o, Sabino Elói o achou “incompleto e imperfeito a mais não poder”. Redigiu então trabalho novo, publicando-o no *Diário do Rio* com as suas iniciais. No Senado, o Visconde de Jequitinhonha e João Antônio de Miranda, principalmente o primeiro, adotaram o plano de Sabino, citando seu nome e elogiando-o. Por motivos políticos, apesar-de bom e necessário, o projeto não foi convertido em lei. Entretanto, uma lei de promoções era uma das maiores necessidades da Marinha.

A respeito dos Ministros, naquele tempo, dizia o Imperador: “para ser Ministro, basta saber ler e andar de casaca. Nem êle mesmo, o imperante, tinha o incômodo de designar senão o chamado Presidente do Conselho. Êste completava o pessoal, consultando os interesses e intrigas do grupo ou dos grupos que dispunham da política de ocasião”.

Por êste modo, “os oficiais superiores, da Armada principalmente, sofriam a afronta de serem sempre governados pelos intitulados becas e algumas vezes por médicos, clínicos na

provincia, mais ignorantes ainda de assuntos de Marinha. O que se queria era muita energia, bastante insolência da parte dos Ministros. Mas tanto fizeram com o seu chefe, Presidente do Conselho, que, sustentáculos da monarchia, caíram com ela no ridículo e desprezo da nação, para nunca mais se erguerem do sebastianismo em que apodrecem”.

Pelas linhas de *Minha História*, constata-se que Sabino Elói Pessoa era republicano, servindo lealmente ao regime extinto, a demonstrar, porém, em público e raso, idéias liberais avançadas. Claros são os seus conceitos sobre a monarchia, o Imperante e os monárquicos em geral.

Em outro ponto das linhas veneráveis, escritas no crepúsculo de uma vida de combates, contrariedades, recompensas e prejuízos, o seu autor se refere a Aureliano Cândido Tavares Bastos que então lhe vêm à memória.

“Aureliano era um rapaz de vinte e poucos anos. Seu pai, o Conselheiro Tavares Bastos, parecia mais pequeno e mais sumido do que êle. O seu chapéu era imenso, a sua sobrecasaca demasiado folgada para o seu corpo; os pés de criança; as mãos pequeninas sumiam-se nas mangas; miniatura de um homem. A voz de pouco timbre, presas nas fauces, sem emissão franca, mesmo nos momentos de emoção e contrariedade:

Diriam que, pelo talento, pela energia e pela prontidão das resoluções, mesmo pelo físico mesquinho, porém mais varonil, o filho era o que melhor representaria o papel do pai.

Em mais de uma passagem do seu manuscrito, Sabino Elói informa que foi quem fundou a *Revista Marítima*, “a primeira publicação desse gênero no Brasil”

Entretanto, bem se conhecia que o pai de Aureliano não podia deixar de ser inteligente, como autor de tal filho.

Êste aperfeiçoou seu progenitor, principalmente quanto às faculdades do espírito. Aureliano venceu os limites em que circunscrevera o talento de seu pai; era de esfera superior.

Escreveu livros sobre política geral que tiveram muita aceitação; com profundo conhecimento das coisas, reflexões de muito acerto e idéias adiantadas que, admitidas desde então na administração do país, talvez tivessem desviado, ou demorado por muito mais tempo, a queda das instituições monárquicas, porque os laços sociais não se dissolvem sem que precedam as razões lógicas dos ressentimentos do povo.

Conheci o moço Aureliano como empregado da Secretaria de Marinha, enquanto eu estava Secretário do Conselho Naval. Bem depressa travámos relações de simpatia: ficámos dois amigos e combatemos juntos contra quem? Contra J. J. Inácio que o demitira do seu emprego.

.....
Demitido de official da Secretaria, Aureliano teve brilhante compensação, tomando assento na Câmara dos Deputados, por Alagoas, sua Província. Aí o seu talento revelou-se em todo o fulgor. J. J. Inácio não foi poupado, nem a sua figura de Ministro.”

Aureliano era filho do Desembargador José Tavares Bastos e de D. Rosa Tavares Bastos. Nasceu na Província de Alagoas a 20 de Abril de 1839 e faleceu em Nice a 3 de Dezem-

bro de 1875, donde vieram para o Brasil os seus restos mortais. Foi figura notável pelos seus belos trabalhos escritos, por suas atividades parlamentares e políticas. Era membro honorário da Sociedade Histórica de Nova-York. Foi Secretário, em 1864, da Missão Especial ao Rio da Prata.

Não só no Ministério Silveira Lobo, Sabino Elói Pessoa estudava as promoções de oficiais, fazendo-o com todo o apuro e obtendo a aprovação ministerial imediata.

Sabino Elói, lente da Academia de Marinha, em cujo ambiente não se acomodava, fôra incumbido pelo Conselheiro Saraiva, Ministro da Marinha, da elaboração de um novo regulamento para aquele estabelecimento de ensino, autorizado pelo legislativo.

"Eu, o mais modesto e menos competente dos professores, fiz um trabalho que não desagradou, ousando contestar algumas idéias que me pareceram pouco práticas do Conselheiro Cândido Batista, matemático especial de Sua Majestade, o sábio Imperador.

Cândido Batista, alto personagem do Brasil, ex-Ministro, Conselheiro de Estado, Senador, gozando de muitos favores da alta administração, era, silenciosamente, meu inimigo, porque eu escrevera um artigo humorístico a seu respeito, denominado *Missão Chibante*, cujo assunto era: oficiais da Armada indo, em procissão, pedir-lhe que não sáísse do Ministério da Marinha, assunto que se prestava ao *debique*.

Em coisas de ensino Cândido Batista dava as cartas, pois lecionava ao Imperador que tinha o vésio alemão de ser sempre estudante e discípulo."

Recebendo a nomeação de lente do 1º ano da Escola de Marinha e pagos todos os direitos, Sabino Elói Pessoa a devolveu, renunciando ao lugar definitivamente. Foi então nomeado, pelo mesmo Conselheiro Saraiva, Secretário do Conselho Naval, Conselho criado por S. Ex., pelo qual se batera na *Revista Marítima Brasileira* o nomeado.

Sabino Elói deixou êstes conceitos:

"O Conselho Naval simplesmente consultivo e os Ministros ousadamente ignorantes, como acontecia, quasi sempre, no regimen monárquico, davam um resultado negativo para o bom andamento dos negócios da Marinha.

Hoje, felizmente, o Ministro profissional é um corretivo para os defeitos da instituição falseada a que me refiro."

Conceitua ainda, no seu manuscrito, sôbre o Conselho Naval francês e sôbre o Almirantado inglês. Referindo-se ao desempenho dos serviços, a propósito daquele Conselho, assim escreve:

"As nossas repartições públicas sempre se tornaram notáveis pelo número excessivo de empregados, quasi todos de mui poucas habilitações.

Reduzir êsse número ao estritamente necessário, de modo, porém que cada um esteja habilitado a cumprir as obrigações do seu cargo ha de ser, por muito tempo, uma necessidade, o desiderato da alta administração.

As aposentadorias, que tão facilmente se obtêm, com merecimento duvidoso, agravam enormemente os cofres públicos, colocando, a par dos empregados ativos, um quadro igualmente numeroso dos inativos, o que concorre para a existência de duas repartições do mesmo nome, uma que pouco faz, outra que pouco fez, mas está no gôzo de uma retribuição mal merecida.

A Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, por exemplo, tem como Diretores Gerais, Diretores de Secção, 1ª Officiais, etc., não só o funcionário atual, de alguma dessas denominações, que dir-se-ia como os defuntos, tão somente para o serviço, menos para o Tesouro.

Eu vou embarcado nestas reflexões, porque também sou Diretor Geral defunto; mas não trato de mim; trato de um assunto que interessa ao país em geral, não aos indivíduos particularmente.”

As instâncias de Silveira Lobo, então Ministro da Marinha, Sabino Elói Pessoa aceita o lugar de seu oficial de gabinete, sendo-o mais tarde de Afonso Celso, com prejuízo seu, pois em S. Domingos de Niterói dava explicações de matemática que lhe rendiam 250\$000 mensais e o lugar junto ao Ministro nada lhe dava, a não ser a consideração e a amizade do titular da pasta.

Mas Silveira Lobo “era um homem honestíssimo, inteligente, justo, Senador do Império”. Quando Sabino Elói escreve as suas memórias, lembra que um irmão daquele Ministro, cujo nome por inteiro era Francisco de Paula Silveira Lobo, visitou-o, ao se encontrar “paralítico, inútil e esquecido, na Gávea, onde residia”. Trata-se da visita ao enfermo feita pelo Ministro da República Aristides da Silveira Lobo.

Sabino Elói deixou o lugar de oficial de gabinete ainda mais necessitado do que quando o assumira. Escreve então que “o Conselheiro Silveira Lobo não existe; era um pouco violento nas suas expressões, mas puro e limpo como um santo”.

Os trechos respigados e reproduzidos nestas páginas deram sem dúvida idéia do espírito do fundador da *Revista Marítima Brasileira*, todo nutrido de cultura moral e proficiência

O manuscrito *A Minha História* contém muitas páginas interessantes que podem servir de base a estudos especiais, em nossos dias, do período em que viveu o seu autor.

Frequentes são os casos em que Sabino Elói Pessoa corre em socorro dos que se acham em aflição, amparando-os, defendendo-os e consolando-os, das colunas do jornal marítimo que fundara à intimidade das vítimas do infortúnio, a que chegaram por culpa própria ou alheia.

Na primeira fase da sua carreira militar, Sabino Elói Pessoa foi designado para Secretário do Chefe Grenfell que, então, operava no Rio da Prata. No mesmo caráter, acompanhou aquele ilustre oficial de marinha, quando, de volta ao Rio, foi nomeado Cônsul do Brasil em Liverpool.

*
* *

Guarda-Marinha em 1841, Sabino Elói, com os seus colegas de turma, embarca em um transporte a vapor, o *Guapiassú*, com destino a Montevidéu. Havia chegado da Baía, em viagem de instrução, na fragata *Paraguassú*.

A *Minha História*, neste ponto, é toda revestida dos traços distantes e enternecedores da infância, enobrecendo o desagradável aspecto das últimas sombras coloniais e a opressão do ambiente escravista, quando ao redor dos lares, dentro deles, no estirado dos caminhos e na largura dos campos, os fâmulos roubados à selva africana curvaram-se à ameaça e rojavam-se ao chão sob o látego impiedoso, gemendo, chorando, gritando.

As páginas de Sabino Elói, descritivas da sua infância e do seu pequeno mundo, são um precioso documento histórico, testemunho límpido das trevas e dos gemidos que ensombraram um largo período da tradição brasileira; testemunho, também, da santidade de um lar que experimentou agruras, às ausências do seu chefe e ao desaparecimento trágico que êle teve.

Sabino Elói sai de Sergipe, onde seu pai era Presidente, para o Rio de Janeiro, a bordo da sumaca *Três Reinos*, barco que mareou dias sem fim. O Conselheiro Gustavo de Aguiar Pantoja foi quem, aqui no Rio, acolheu e encaminhou o filho do então Presidente de Sergipe à Academia de Marinha. O jovem faz o curso normalmente e sai da Academia para o mar com boas notas.

Quando volve da Bafa na fragata *Paraguassú*, traz consigo os seus irmãos Lourenço e Gorriti, os quais vinham matricular-se na Academia de Marinha. O primeiro chegou a ser Capitão de Fragata e o segundo Major do Exército. Sabino Elói, da visita à casa paterna, escreve: 'Minha madrastra, ou antes minha santa mãe, pois outra não conheci, estava com a cabeça branca, a fisionomia desfigurada, mostrando os sofrimentos ocultos de uma dôr sem remédio e de uma pobreza que nobremente afrontava. Tudo respirava tristeza nêsse sobradinho onde ela vivia com os seus filhos'.

Na sua cruciante agonia, consolado à vista e aos cuidados dos seus, escrevia a respeito do destino dos seus pais e irmãos:

.....
"Morreram todos. Só existe, agora que escrevo, minha irmã Afra e meu irmão Arquimínio, o mais moço dos oito, entre os quais eu ocupava o primeiro lugar.

O vento da morte vai varrendo o chão e breve nem um átomo haverá dos que constituíram essa família baiana a que pertença. E o destino de cada um e de todos: assim passam as gerações; muda-se a face da terra e transforma-se a humanidade até o seu misterioso paradeiro."

Deixando os seus irmãos na Côte, Sabino Elói segue para Montevidéu no referido transporte *Guapiassú*. Af se achava a esquadra brasileira, sob o comando do Capitão de Fragata Marques Lisboa (1841).

Sabino Elói é transferido para o patacho *Argos*, sob o comando do Primeiro Tenente Henrique Hoffsmith, natural de Strasbourg, tipo curioso, sendo seu Imediato o Tenente Oliveira, alcunhado José Mateus, excelente oficial de catavento que tirava sempre Hoffsmith e o patacho das rascadas dos pampeiros.

Do *Argos*, passou Sabino Elói para o brigue *Imperial Pedro*, "o único navio apresentável entre todos os que compunham a divisão naval".

Naquele tempo, no Brasil, havia a ojeriza aos portugueses, os quais na Baía se chamavam *marotos* e no sul *galegos*. Entretanto, os portugueses abundavam em terra e eram muitos a bordo dos nossos navios de guerra. A êsse propósito, comentando a mania existente da terrível, injustificada e ridícula aversão, depois de várias páginas, assim as remata Sabino Elói:

“Não insultarei a Portugal, ocultando o que lhe devo, embora acidentalmente. Beijo-te o chão venerando, terra de Camões, minha terra perante o mundo! Derramo agora, como de outras vezes, lágrimas de saudades, em recordação de minha mãe...”

Embarcado no *Imperial Marinheiro*, Sabino Elói é então conhecido do distinto chefe Grenfell. A bordo da excelente corveta *Dois de Julho*, sob o comando de Marques Lisboa, vem ao Rio de Janeiro e regressa ao Rio da Prata. Dêsse navio, passa para a corveta *União*, capitânia, onde serve como secretário e ajudante de ordens de Grenfell.

A bordo da corveta *Dois de Julho*, Grenfell regressa ao Rio de Janeiro e com ele Sabino Elói. Em 1845, êste se encontra a bordo da fragata *Constituição*, em que viajam D. Pedro II e a Imperatriz às Províncias do Sul, comandando o navio Joaquim José Inácio.

Após a viagem imperial ao sul, a fragata *Constituição*, em 1846, parte para concertos na Inglaterra, levando o chefe Grenfell, nomeado Cônsul do Brasil em Liverpool. Sabino Elói também vai, assim como o ex-Ministro britânico no Brasil, *lord* Hamilton e sua esposa. No mesmo navio, feitos os reparos, regressa ao Brasil. Em 1848, Sabino Elói desembarca, serve em Villegagnon, depois na Boa Viagem, e em seguida no brigue-escuna *Legalidade*, bordejando na Guanabara com aprendizes-marinheiros.

Sabino Elói, que havia sido secretário de Grenfell e até notas diplomáticas redigira, é escolhido pelo Ministro Vieira Tosta para exercer o cargo de Diretor da Biblioteca da Marinha. Êle organiza essa Biblioteca como nenhuma outra até então no Brasil. Em lugar de uma relação alfabética dos livros, em uso, elabora um catálogo metódico e sistemático, conforme Brunet.

Em mais de uma passagem do seu manuscrito, Sabino Elói informa que foi quem fundou a *Revista Marítima*, “a primeira publicação dêsse gênero no Brasil”. Depois dessa publicação, em que colaboraram Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, oficial de Fazenda, e Jerônimo Pereira de Lima Campos, oficial da Armada, aparece um outro jornal marítimo, publicado pelo Tenente Euzébio José Antunes.

Como bibliotecário, Sabino Elói informa que traduziu do inglês e preparou certos trabalhos hidrográficos de Maury, “sábio oficial da Marinha americana”. O fim que teve, com isso, “foi fazê-los adaptar ao emprêgo e uso da nossa Marinha de Guerra e mercante”.

*
* *

Volvemo-nos para a nobre figura do extinto Conselheiro Sabino Elói Pessoa ao entrarmos no 89º aniversário do antigo inaugural da primeira fase da *Revista Marítima Brasileira*. Aproximando-nos dos marcos seculares dos primeiros passos e da atuação de Sabino Elói na Marinha de Guerra e na tribuna da imprensa, queremos render-lhe uma homenagem justa e necessária.

Essa homenagem não se limita à mera circunstância de ter sido ele o fundador da nossa *Revista*, a primeira publicação, no gênero, que circulou no Brasil. Estende-se aos aspectos profundos da unidade que teve o periódico, quasi revolucionário, em certos momentos da sua primeira fase, no conceito dos profissionais contemporâneos como na opinião de alguns administradores e alguns chefes.

Sabino Elói consegue coordenar um grande número de elementos úteis à nossa história marítima. Foi um precursor distanciado dos pacientes e lúcidos pesquisadores Teotônio Meireles, Pinto Bravo e Garcez Palha, os quais, ulteriormente, trabalharam na tenda que ele armou com esforço e manteve entre contrariedades e vitórias.

No vazio das idéias e no empêro em que todos pareciam achar-se, ele doutrina, esclarece, examina, critica e divulga aspectos relevantes da organização e do destino das instituições navais. Propõe questões notáveis, interessantes. Encontra apóio entre os dirigentes. Prevenção de alguns. Ajuda os Ministros, com lucidez e lealdade. Não recua quando da sua ação vigorosa resultam combates. Peleja com as boas armas, sobranceiro e nobremente, sem nenhum desequilíbrio de idéias ou expressões.

As memórias que Sabino Elói escreveu são uma fonte preciosa. Podem decompôr-se, para o público, em trechos isolados de sentido completo e exato, não apenas quanto aos círculos da Marinha de Guerra, mas ainda quanto à história nacional, especialmente quanto a certas figuras que se moveram no cenário do Império, até à guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Sabino Elói abominava a escravidão, testemunha sempre revoltada dos sofrimentos impostos a criaturas humanas. Era um republicano entusiasta, divisando as sombras que envolviam o trono e constatando os êrros que o iam lentamente abalando. Em público e raso, pregou contra a chibata na Armada. Não se limitou ao comentário brando, à descrição acomodada, chegando às vezes a ser cáustico.

Foi homem de extrema generosidade, combativo, equilibrado, lidando sempre onde a sua presença se verificou. Lidando com discernimento, demolindo necessariamente e construindo.

Os trechos respigados e reproduzidos nestas páginas deram sem dúvida idéia do espírito do fundador da *Revista Marítima Brasileira*, todo nutrido de cultura moral e proficiência.

Lembrâmo-lo com a mais justa e necessária das reverências.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<NOME> / Pessoa, Sabino Elói (Conselheiro) / ; Revista Marítima Brasileira ;

ERRATA

CÓLEGIO NAVAL, 50 ANOS DE ENSINO DE EXCELÊNCIA (RMB 1º trim./2001)

Ver páginas 122, 146, 150 e 162.

*

* *

O SEQUESTRO DO SANTA MARIA – UMA ESTÓRIA NAVAL (RMB 1º trim./2001)

Pág. 152 – 23ª linha da coluna da direita

O nome correto do porto é: La Guaira